

# Movimentos sociais e educação

## As lutas populares por educação em Belo Horizonte nos anos 70 e 80

Maria Amélia G. C. Giovanetti<sup>1</sup>  
Maria da Conceição M. Gouvêa L. da Costa<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo está dividido em duas partes. Na primeira, procuramos sistematizar algumas das principais reflexões divulgadas na literatura sobre movimentos sociais no Brasil (anos 70 e 80). Na segunda, buscamos extrair, de pesquisas já concluídas, alguns dos temas subjacentes às experiências vividas no interior dos movimentos sociais em Belo Horizonte naquele período, tais como: educação social e política nas ações junto aos movimentos sociais; participação das mulheres e a luta por direitos. Ao final, buscamos sistematizar algumas reflexões que foram sendo construídas ao longo do texto.

### Palavras-chave

Movimentos Sociais; Educação; Belo Horizonte.

### Abstract

The present article is divided in two parts. In the first one, we tried to systematize some of the main reflections released in the literature about social movements in Brazil (during the 70s. and 80s.). In the second part, we aimed to extract, from concluded researches, some of the themes that are subjacent to the experiences lived in the interior of the social movements in Belo Horizonte in that period, such as: social and political education in the actions related to the social movements; participation of the women and the fight for their rights. At the end, we aimed to systematize some reflections that had been made along the text.

### Key-words

Social Movements; Education; Belo Horizonte.

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação / UFMG.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Escola de Serviço Social / PUC-MG.

Desde o momento em que recebemos o convite para redigirmos um texto referente à temática "Movimentos Sociais e Educação" em Belo Horizonte, nos anos 70 e 80, um desafio se apresentou, na medida em que ambas as autoras trilham esse terreno já há um tempo significativo, tendo efetuado pesquisas anteriores,<sup>3</sup> e convivendo, portanto, com uma série infindável de questões.

A convicção quanto à pertinência do tema já emergia das pesquisas e leituras realizadas. Podemos reafirmar, sem sombra de dúvida, que a visibilidade dos movimentos sociais nos anos 70 e 80 marcou uma época na sociedade brasileira, desencadeando um processo de mudança. Não resta dúvida, também, de que vários fatores, de natureza diversa, contribuíram para o referido processo. O que julgamos importante ressaltar é a influência marcante da existência de diferentes experiências de participação e organização coletivas denominadas "novos movimentos sociais".

Com a finalidade, portanto, de delinear um caminho para a nossa reflexão no campo "Movimentos Sociais e Educação", estruturamos o texto em duas partes, visando alcançar dois objetivos: a primeira parte buscará sistematizar *algumas das principais reflexões divulgadas na literatura sobre movimentos sociais no Brasil (anos 70 e 80)*, reflexões essas que vieram a constituir referências teóricas nos estudos e pesquisas a respeito dos movimentos populares por Educação. A segunda parte objetivará extrair, de pesquisas já concluídas, alguns dos *temas subjacentes às experiências vividas no interior dos movimentos sociais em Belo Horizonte (anos 70 e 80)*. A consulta aos Catálogos de Dissertações de Mestrado — FAE/UFMG (1977-1988 e 1989-1993) — consistiu na fonte por meio da qual tivemos acesso a tais pesquisas. De posse do levantamento de títulos e resumos, selecionamos algumas dissertações, como amostra significativa da produção da época.

Três critérios nortearam essa seleção: 1) a relevância da experiência com alto grau de visibilidade; 2) a emergência de temáticas que se manifestaram também a

nível nacional, como o tema do "direito a ter direitos" e a emergência da questão de gênero no interior do debate sobre movimentos sociais; 3) a presença de educadores e pesquisadores de outras áreas — cientistas sociais, historiadores, médicos, assistentes sociais, dentistas — preocupados em detectar a dimensão educativa das práticas organizativas das classes subalternas.

Ao final, buscaremos sistematizar algumas reflexões que estaremos construindo ao longo do texto.

### **Principais reflexões divulgadas na literatura sobre os movimentos sociais no Brasil (anos 70 e 80)**

Ao penetrarmos no campo das "lutas populares por Educação", encontramos estudos e pesquisas girando em torno de dois eixos centrais: tanto análises sobre o processo de luta pela escola, quanto análises que buscam detectar as lutas sociais e sua dimensão educativa.

Cabe ressaltar que, subjacente a ambos os eixos, encontra-se a convicção, por parte dos autores, da importância da inclusão da temática dos movimentos sociais no debate educacional, conferindo a este uma visão mais global.

Ao se referir às mudanças pelas quais o Programa de Pós-Graduação da FAE/UFMG passava, no final dos anos 70, ARROYO (1982) comenta: "*As Ciências Sociais abriam as janelas da escola e permitiam descobrir que atrás dos muros existia uma dinâmica social*". (p.108). No interior dessa dinâmica social, podemos detectar um campo vasto e complexo de ações coletivas, dentre essas, os movimentos sociais.

Ao abordamos a categoria de movimentos sociais, estaremos referindo-nos à concepção expressa por Ilse Sherer-Warren (1987), "*... quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social*" (p.9).

<sup>3</sup> COSTA, Maria da Conceição M. Gouvêa L. da. **Tecendo o urbano, fazendo-se gente e cidadão**. Associação de moradores e Movimento de luta pró-creche 1976/86. FAE/UFMG, 1995. Belo Horizonte. (Dissertação de Mestrado em Educação).

GIOVANETTI, Maria Amélia G. C. **Movements sociaux au Brésil: à la recherche d'une nouvelle identité**. Université Catholique de Louvain, Bélgica, 1991. (Tese de Doutorado em Sociologia).

No final dos anos 70 e no início dos anos 80, a oposição ao autoritarismo reunia diferentes setores da sociedade em torno da luta pela democratização do País. Segundo O'DONNELL (1988):

*"Na história recente dos países latino-americanos, as lutas contra o autoritarismo foram duras, difíceis e incertas. Estas lutas tiveram uma forte carga ética de indignação diante das atrocidades cometidas pelos regimes autoritários, na violação dos direitos humanos elementares e também pela sua responsabilidade na distribuição extremamente desigual de todo tipo de recursos em nossa sociedade. A democracia é considerada não somente como um regime desejável de articulação da vida política, mas também como um caminho eficaz, provavelmente lento, para assegurar sociedades mais justas e igualitárias". (p.41-42).*

Para os movimentos sociais no Brasil, a luta pela democracia significava: uma luta para reconstruir um espaço público de debate, de manifestação e de reivindicações; o desenvolvimento da capacidade de auto-organização, por parte dos trabalhadores, e a superação de antigas relações de dominação política, conquistando a autonomia diante dos antigos partidos políticos.

Dentre o vasto elenco de autores e grande volume de trabalhos publicados no campo temático dos movimentos sociais, conforme já foi dito na introdução, selecionamos alguns que vieram a constituir referências teóricas de vários estudos.

Já em 1978, José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira e outros autores publicam, por intermédio do CEDEC<sup>4</sup>, *Contradições urbanas e movimentos sociais*, que reúne os trabalhos apresentados e debatidos com grande interesse, segundo Francisco Weffort, na reunião da SBPC, em julho de 1976, em Brasília. Ainda, segundo Weffort (1978), que apresentou a obra, uma das contribuições de um dos textos encontra-se no

*"... esforço para compreender a lógica dos movimentos mais elementares das massas, ou seja, a formação da consciência popular e dos padrões de ação e de organização que emergem de seus embates diários para sobreviver na cidade". (Weffort, 1978:10).*

Caminhando no mesmo terreno, Maria da Glória Gohn lança, em 1982, seu livro — *Reivindicações populares urbanas; um estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo*.<sup>5</sup> Essa publicação, segundo a própria autora, busca

*"... em primeiro lugar, descrever e explicar as condições de emergência e desenvolvimento de um movimento social urbano da Grande São Paulo, denominado Sociedade Amigos de Bairros — SABs; em segundo lugar, apreender sua natureza e dinâmica interna". (1982: 9).*

Trata-se de uma obra que reflete a preocupação da época em procurar entender

*"...a situação dos grandes centros urbanos e as lutas populares por melhores condições de sobrevivência num momento de transição da conjuntura político-social, de forte controle social para um processo embrionário de redemocratização social". (1982:9).*

Registro de alguns sinais do clima de mudança, vivenciado pela sociedade brasileira na passagem dos anos 70 para 80, a obra *São Paulo: O povo em movimento*, organizada por Paul Singer e Vinícius C. Brant, é publicada em 1983. Segundo este último, os estudos reunidos nessa coletânea buscam *"capturar na sua criação, as condições de desenvolvimento da consciência, expressão e organização das classes trabalhadoras."* (1983:9).

No mesmo ano de 1983, Ruth Cardoso publica seu artigo, que passou a ser referência para os pesquisadores da área: *Movimentos sociais: um balanço crítico*.<sup>6</sup> Além desse estudo, Ruth Cardoso

<sup>4</sup> CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - São Paulo.

<sup>5</sup> GOHN prosseguiu suas pesquisas nesse campo temático, publicando, posteriormente, outros trabalhos, dentre os quais destacamos: **A força da periferia**; a luta das mulheres por creches em São Paulo: Ed. Vozes, 1985, Petrópolis; **Movimentos sociais e Educação**. Ed. Cortez, São Paulo 1992; **História dos movimentos e lutas sociais; a construção da cidadania dos brasileiros**. Ed. Loyola, São Paulo, 1995.

<sup>6</sup> CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais: um balanço crítico. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M.H.T. **Sociedade política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

prossegue no campo dos movimentos sociais, orientando teses, coordenando pesquisas e publicando outros artigos, tais como: *Movimentos sociais na América Latina*<sup>7</sup> e *Trajatória dos movimentos sociais*.<sup>8</sup>

Em 1984, Eunice Durham, em seu artigo *Movimentos sociais — A construção da cidadania*,<sup>9</sup> alertava sobre as limitações dos dois modos distintos pelos quais os movimentos estavam sendo analisados. Segundo a autora, as Ciências Sociais se viam diante de uma dupla tarefa, buscando integrar os dois modos de análise, uma vez que, isoladamente, são insuficientes para uma análise adequada.

*"A primeira delas, de cunho mais sociológico e político, procura o significado desses movimentos, basicamente, em sua relevância para a ação partidária, em sua relação com o Estado e em sua eventual importância como instrumento de contestação do regime. Trata-se de uma visão 'de fora' e 'para fora' do movimento. A outra, de cunho mais antropológico, preocupa-se fundamentalmente com o seu significado para aqueles que dele participam, procurando, portanto, uma interpretação a partir de dentro". (1984:24).*

Ao alertar para os limites do uso de tais análises isoladamente, a autora afirma:

*"Insuficientes cada uma delas para uma análise adequada dos movimentos sociais, é sua combinação que deve fornecer os instrumentos para superar, de um lado, as limitações de uma visão apriorística da História e, de outro, a restrição de uma interpretação que, esmiuçando internamente o objeto, não vê sua inserção no processo mais amplo do qual faz parte". (Durham, 1984:24).*

Conjugando os dois modos de análise, os movimentos sociais passam a ser vistos como "exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como uma

*luta pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico". (DURHAM, 1984:25).*

Vinculada diretamente à luta pela ampliação do acesso ao espaço político, encontramos uma categoria, segundo DURHAM (1984), amplamente utilizada no discurso dos participantes dos movimentos: a categoria dos "direitos":

*"Nos movimentos sociais, de modo geral, a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito. Os habitantes da periferia afirmam seu direito à água, luz, esgoto, assistência médica; as mulheres reiteram seu direito à igualdade; os homossexuais, ao seu prazer; também as mães que trabalham têm direito às creches, assim como os índios às suas terras, e todos têm o direito à proteção contra a violência". (1984:29)*

O espaço da cidadania é assim redefinido, segundo a autora, na medida em que se opera a transformação de necessidades e carências em direitos.

Em Minas Gerais, o debate em torno dos movimentos sociais ganha visibilidade com a publicação, em 1984, do livro de SOMARRIBA, M. Mercês; VALADARES, M. Gezica e AFONSO, Marisa R: *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Nessa obra, as autoras, além de uma reflexão teórica sobre a crise urbana, o Estado e os movimentos reivindicatórios no Brasil, apresentam resultados de uma pesquisa sobre o surgimento e a evolução do associativismo de base em Belo Horizonte (do final dos anos 40 aos anos 80), completando com alguns estudos de caso sobre associativismo em Belo Horizonte.

Ao finalizar a obra, as autoras concluem:

*"Em suma, o movimento de Associação de bairros, vilas e favelas de Belo Horizonte parece distinguir-se muito do padrão encontrado em São Paulo. Aqui, prevalece ainda uma prática clientelista, enquanto o associativismo*

<sup>7</sup> CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 3, fev. 1987.

<sup>8</sup> CARDOSO, Ruth. *Trajatória dos movimentos sociais*. In: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>9</sup> DURHAM, Eunice. *Movimentos sociais; A construção da cidadania*. *Novos Estudos Cebrap*, n. 10, out. 1984. p. 24-30.

local de São Paulo parece haver rompido com essa característica rumo a uma atuação mais autônoma com relação ao poder público”.

E as autoras completam:

“... observa-se lá uma articulação das reivindicações locais com outros movimentos de caráter mais geral, como é o caso do movimento do custo de vida. Em Belo Horizonte, estas novas tendências só agora começam a se esboçar”. (1984:124).

Maria Mercês Somarriba prosseguiu nesse campo temático, publicando artigos tais como: *Reivindicações urbanas e a nova conjuntura em Minas: rumo ao populismo?*<sup>10</sup> Em co-autoria com Marisa R. Afonso: *Movimentos urbanos e Estado: novas tendências*. Ainda com essa autora, publicou, em “Ciências Sociais Hoje”, o artigo: *Poder Legislativo municipal e movimentos populares: participação e clientelismo em Belo Horizonte*. Sua tese de concurso para Professor Titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da FAFICH/UFMG, em 1991, também abordou o mesmo tema: “Reivindicações urbanas em Belo Horizonte”.

Recentemente, a autora reaparece em cena, publicando o artigo: *Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte*, na obra, “Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais”. Segundo a própria autora decorridos dez anos de pesquisas sobre a atuação das organizações reivindicatórias urbanas em Belo Horizonte, tornou-se oportuna a elaboração de um balanço interpretativo.

“Cidade, povo e poder, é a segunda coletânea publicada pelo CEDEC sobre o tema dos movimentos sociais urbanos, sintetizando algumas linhas de pesquisa que empolgavam os estudiosos no final dos anos 70 e no início dos anos 80. (1985:9). A obra reúne escritos de José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick (referência obrigatória na sociologia urbana), Lúcia do Prado Valladares, Edison Nunes e, abordando a temática dos movimentos de

bairro na América Latina, os autores Tilman Evers, Clarita Muller — Plantenberg e Stefanie Spessart, sociólogos docentes do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim.

Dentro da perspectiva da passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação, localizem-se os trabalhos voltados para a análise da luta pela escola. O primeiro foi realizado em 1964, mediante a pesquisa, pioneira na área, desenvolvida por Celso Beisiegel, a qual

“... analisava a expansão da rede de ginásios públicos no Estado de São Paulo como um processo político, em que os Deputados respondiam às demandas de setores da população que reivindicavam o acesso ao então 1º ciclo do secundário, aprovando leis que criavam novas unidades, principalmente no interior”. (Campos, 1991:57).

Tecendo comentários sobre os estudos que elegeram o processo de luta pela escola como objeto de estudo, Maria Malta Campos aponta a dissertação de Mestrado de Marília Sposito, publicada com o título *O povo vai à escola*, em 1984, onde a autora

“... situa as reivindicações por escola no conjunto das lutas populares que pontuam o processo de urbanização vivido pelas camadas trabalhadoras na cidade. Os moradores dos bairros emergem, assim, como protagonistas importantes dessa luta pelo acesso à escola; as associações de vizinhos, conhecidas em São Paulo como Sociedade Amigos de Bairros — SABS —, constituem em interlocutores perante políticos e autoridades, encaminhando demandas diversas, entre as quais está presente a escola”. (Campos, 1991:58).

Dentro do mesmo campo temático, a pesquisa de Rogério Cunha Campos, realizada em bairros da Região Industrial de Belo Horizonte e publicada

<sup>10</sup> SOMARRIBA, Maria Mercês. Reivindicações urbanas e a nova conjuntura em Minas: rumo ao populismo? Águas de São Pedro, 1987.

SOMARRIBA, Maria das Mercês & AFONSO, Marisa R. *Movimentos Urbanos e Estado: novas tendências*. In: POMPERMAYER, Malori (Org.). **Movimentos Sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.

SOMARRIBA, Maria das Mercês. *Poder Legislativo municipal e movimentos populares: participação e clientelismo em Belo Horizonte*. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, ANPOCS/Ed. Vértice, 1987.

SOMARRIBA, Maria das Mercês. *Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte*. In: **Belo Horizonte: Poder, Política e Movimentos Sociais**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, FAFICH/UFMG, 1996.

com o título *A luta dos trabalhadores pela escola* demonstra que “a educação escolar é, para os trabalhadores, uma conquista árdua e cotidiana”. (...) E que “a luta por educação constitui um ‘afluente’ de um movimento mais amplo. A relação com as outras demandas que tiveram importância na conjuntura é muito estreita e complexa”. (Campos, 1989:165). Finalizando suas conclusões, o autor afirma:

*“As demandas por escola pública deixam claro que está em jogo, simultaneamente, a democratização das relações internas, das relações da escola com a ‘comunidade’ e a democratização substantiva da sociedade”.* (CAMPOS, 1989:165).

Em 1993, é publicada a tese de Doutorado de Marília Sposito: *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. Segundo Maria Malta Campos, a autora procura, nessa pesquisa, “aprofundar a análise (...) com novos aportes teóricos e lançando mão de dados mais abrangentes sobre a cidade de São Paulo”. (Campos, 1991:59).

Em sua conclusão, Sposito (1993) reflete:

*“Os protagonistas das lutas na cidade pelo direito à educação são, em grande parte, aqueles a quem foi recusado o direito de viver no mundo rural e buscam um novo lugar social na cidade. Como desterrados, em seu ritual de iniciação, percebem que não possuem muitas das condições que tornam possível a vida na cidade, enquanto expressão da lógica da acumulação do capital. Sem elas, o migrante se vê como um ser desvalorizado e, ao perder os laços que o uniam a um outro mundo, ao viver a condição de despossuído, ele se vê destituído da sua própria humanidade. Percebe, assim, que não é portador de algo que muito vale na vida da cidade: o saber e o acesso à escola”.* (p.367).

Dentro do mesmo eixo temático da luta por escola, podemos situar o Movimento de Luta Pró-Creche (MLPC).

O MLPC teve origem em Belo Horizonte, no final de 1978, e é abordado na obra organizada por POMPERMAYER, Malori — *Os movimentos sociais em Minas Gerais — emergência e perspectivas* (1987). Segundo MIRANDA, G.; FILGUEIRAS, C. A. C. e CÓSER, S. M. L.:

*“As reivindicações encaminhadas pelas crecheiras ao Estado e unificadas no movimento têm como princípio que a creche é um direito da criança e da mãe trabalhadora e deve ser responsabilidade do Estado e das empresas. As principais reivindicações são: construção e manutenção da creche, fornecimento de alimentação às crianças, remuneração do pessoal que ali trabalha, assistência médica às crianças, integração do trabalho dos diferentes órgãos que estabelecem convênios com as creches, para uma política única em relação ao menor”.* (1987:174).

Segundo Maria Malta Campos, dados disponíveis sobre o movimento em Belo Horizonte mostram que,

*“... se a base da mobilização é bastante semelhante à ocorrida em São Paulo, o tipo de resposta do Estado leva a resultados bem diferentes: o que se consegue é apenas uma relativa melhoria nas condições do subsídio público às iniciativas comunitárias já existentes”.* (CAMPOS, 1991:62).

No ano de 1987, é publicada a coletânea de artigos: *Uma revolução no cotidiano? os novos movimentos sociais na América do Sul*, organizado por Ilse Sherer-Warren e Paulo J. Krischke, em que Vera da S. Telles apresenta uma reflexão sobre os movimentos sociais nos anos 70. Dentre vários pontos, a autora afirma:

"O que se pode dizer é que, nas condições opressivas daqueles anos, os movimentos populares, tão pontuais em suas reivindicações, tinham um alcance simbólico que ultrapassava o sentido imediato de conflitos locais, para mobilizar e articular, como experiência compartilhada, as várias opressões vividas em lugares diferenciados". (TELLES, 1987:61).<sup>11</sup>

No ano seguinte (1988), é publicada a tese de Doutorado de Eder Sader: *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970-1980*, obra que significou uma inovação na literatura sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil. Ao redigir o prefácio da referida obra, Marilena Chauí extrai um trecho do próprio autor que sintetiza suas idéias centrais:

"Quando uso a noção de sujeito coletivo, 'a expressão indica' uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessa luta, de sorte que a novidade é triplíce: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano), numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias)". (1988: 11-12).

"Não é o cotidiano nem sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências". (1988:12).

Outra obra que significou uma contribuição para a reflexão em torno da temática dos movimentos sociais foi a que reuniu o conjunto de textos apresentados no II Simpósio Anual de Ciência Política - Unicamp, novembro de 1993: *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (1994). A organizadora da obra apresenta os qua-

tro temas julgados como "articuladores da política brasileira na década de 1990, dentre estes, encontram-se "as consequências políticas da presença dos movimentos sociais".

Abordando, pois, essa temática, o livro apresenta três estudos: Ruth Cardoso apresenta *A trajetória dos movimentos sociais*; Vera Telles reflete sobre a *Sociedade civil e a construção de espaços públicos*; e Evelina Dagnino discute sobre *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*.

A novidade, segundo DAGNINO (1994), encontra-se na luta por direitos, tanto o direito à igualdade como o direito à diferença. E mais, uma redefinição da idéias de direitos, cujo ponto de partida é a concepção de um "direito a ter direitos".

Com o mesmo objetivo de oferecer elementos para um balanço crítico ao público envolvido com a temática movimentos sociais, centrando-se em sua relação com o campo da Educação, a Revista "Tempo e Presença" publica, em 1993, um número temático: *Educação e movimentos populares*, reunindo artigos de pesquisadores da área, abordando: futuros desafios; balanço da educação popular no ensino público; parceria entre movimentos populares e Prefeitura, entre outros.

Em 1994, a ANPOCS<sup>12</sup> confere o prêmio de melhor tese do ano à tese de Ana Maria Doimo, publicada em 1995: *A voz e a vez do popular; movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*.

Podemos afirmar que, a partir dessa obra, os estudiosos sobre os movimentos sociais dos anos 70 e 80 contam com um referencial analítico que aponta para o debate de questões sempre presentes na área, como o caráter problemático da realidade do "popular" e de sua "autonomia". (SANCHIS, 1995:11).<sup>13</sup>

Além de fornecer elementos à teorização sobre os movimentos sociais, abordando "a crise do conceito", DOIMO estuda a evolução dos movimentos reivindicativos dos anos 70 até 90, efetuando estudos de caso; reflete sobre questões sempre candentes, como a educação popular, o papel das ONGs, e finaliza discutindo

<sup>11</sup> TELLES, Vera da Silva. *Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70*. In: **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.54-85.

<sup>12</sup> ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais).

<sup>13</sup> SANCHIS, Pierre. Prefácio ao livro **A voz e a vez do popular**, Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará e ANPOCS, 1995.

sobre as novas alternativas, mudanças de valores e o apelo à cidadania.

Em *Minas Gerais*, especificamente em Belo Horizonte e Contagem, no ano de 1995, são publicadas duas obras que incluem a temática dos movimentos sociais em seu conjunto: a publicação dos resultados preliminares da pesquisa *Belo Horizonte: uma análise da produção urbana sob a ótica das Ciências Sociais*. O livro foi publicado com o título *Belo Horizonte em tese*, no qual o CEURB/UFMG<sup>14</sup> busca fazer um levantamento da produção acadêmica sobre Belo Horizonte, até 1994.

É possível dizer, segundo Patrus Ananias, que apresentou o livro:

*"Em Belo Horizonte a história não só não pára, mas também, como é possível perceber pelo tema, o teor da produção rastreada pelo CEURB é alimentado incessantemente pelos movimentos sociais, pela luta por novos patamares de cidadania, pelo desejo de conquista de novos direitos, pelas figuras mutantes do imaginário, pelas modificações culturais". (1995:7).*

A outra obra é a de publicação da tese de Doutorado em Sociologia de Magda Neves: *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*, em que segundo a autora, ao tentar apreender a experiência de vida dos trabalhadores, mulheres e homens da Cidade Industrial, procurou analisar a realidade concreta onde essa experiência foi vivida, bem como o mundo de significados e representações (1995:10). A temática dos movimentos sociais é abordada no capítulo: *A cidadania renovada* mediante a reflexão sobre os espaços de sociabilidade; movimentos sociais e identidades coletivas; direitos e participação política e a multiplicidade de experiências.

No ano seguinte (1996), a autora organiza, juntamente com Otávio Dulci, a coletânea *Belo Horizonte, poder, política e movimentos sociais* abordando a evolução social e política de Belo Horizonte, ao longo do século, até o início dos anos 90. (1996:7).

A temática dos movimentos sociais no período referente ao presente estudo (anos 70 e 80) é contemplada em dois textos: o de Mercês SOMARRIBA, mencionado anteriormente, no qual a autora busca elaborar um "balanço interpretativo" dos dez anos de pesquisa sobre a atuação das organizações reivindicatórias urbanas em Belo Horizonte, e o texto de Michel Le Ven e Magda de A. Neves: *Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania que* aborda a questão da "cidadania reconquistada" no período 1979-1990.

### **Alguns temas subjacentes às experiências vividas no interior dos movimentos sociais em Belo Horizonte (anos 70 e 80)**

Conforme anunciamos na introdução deste texto, procuraremos, agora, apresentar os temas extraídos das experiências nos movimentos sociais em Belo Horizonte, durante os anos 70 e 80. As experiências analisadas representam uma amostra de um conjunto significativo de dissertações defendidas no Mestrado de Educação da FAE, UFMG.

A mestra em Educação Cristina Almeida Cunha Filgueiras, na dissertação: *Práticas educativas no movimento popular; a experiência das mulheres do Bairro Industrial, Belo Horizonte*, explica-nos, no resumo da obra *Belo Horizonte em Tese*, que seu estudo trata da

*"... análise dos processos educativos que se realizam nas práticas associativas e nos movimentos sociais de trabalhadores da periferia urbana, através de pesquisa no Bairro Industrial Terceira Seção, um dos bairros operários mais antigos da Região Industrial de Belo Horizonte e Contagem, ocupado desde 1949, e que recebeu as primeiras famílias de operários". (Filgueiras, 1993:151).*

A pesquisa levantou a história dos movimentos na região, abrangendo o período de 1950 a 1985. A autora buscou

<sup>14</sup> CEURB / UFMG - Centro de Estudos Urbanos da UFMG.



a presença de *uma educação social e política nas ações junto aos movimentos sociais* e analisou a *participação das mulheres* como um dos elementos constitutivos das práticas populares:

*"... o urbano como espaço de conflitos e de possibilidade da ação política; a vivência cotidiana de carências urbanas como fator de mobilização; as razões das ações coletivas e a variedade de fatores presentes na constituição de sujeitos políticos; a formação da identidade dos atores, obstáculos, motivações e resultados de sua mobilização; o aprendizado do coletivo, do comunitário e da política". (Filgueiras, 1993:151).*

São analisados, ainda, os elementos internos às organizações de bairros populares na região e as relações destes com grupos políticos e com o Estado. Quanto às mulheres, a autora valorizou a maneira de articularem *"a participação no bairro à vida familiar, ao trabalho doméstico e às estratégias de sobrevivência, construindo nessa articulação sua identidade social e política"*. (Filgueiras. 1993: 151).

As mulheres do Industrial Terceira Seção conquistaram o direito de ir e vir por meio da própria experiência de vida, seja na luta pela sobrevivência, no relacionamento com o mundo produtivo, nas idas e vindas aos órgãos públicos, encaminhando reivindicações de melhoria urbana — *a luta por direitos* — na luta pela saúde, nos hospitais públicos e postos de saúde, na participação no município e em outros Estados brasileiros, na luta e troca de experiências sobre o tema "creches", enfim, na reorganização da sociedade civil mediante ações de cunho participativo, democrático, com vistas a ganhos e ações mais coletivas.

Na dissertação de mestrado (1995) de COSTA, Maria da Conceição Meireles Gouvêa L. *Tecendo o urbano, fazendo-se gente e cidadão; Associação de Moradores e Movimento de Luta Pró-Creche 1976/86* — desenvolveu-se uma reflexão sobre as ações sociais das quais participamos, nesse período.

Essa dissertação mostrou o fazer-se classe, a luta autônoma, a construção do projeto coletivo possível, nesse dado momento, apontado pelos trabalhadores — homens e mulheres da região da Cidade Industrial. As mobilizações desses trabalhadores são *espaços educativos* e formadores da compreensão de seu papel social.

Nesse caso, Educação é aqui entendida numa visão mais ampla, ou seja, inserida no conjunto das práticas sociais. Aqui, valorizam-se as relações de trabalho e as experiências do cotidiano, enfatizadas como papel importante na formação das classes sociais, no sentido da autonomia, por meio da capacidade de alterar a sociedade constituída.

O cotidiano social, como espaço instituinte, tornou-se o interesse específico, pois é nele que despontam, para a autora, as inquietações, ações e desejos que gestam os movimentos sociais. *"A vida cotidiana não está 'fora' da História, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social"*. (HELLER, 1985:20). Para captar o cotidiano é que a autora buscou privilegiar o produto e a expressão das relações sociais construídas pelos indivíduos — construtores dessa luta cotidiana *na conquista de seus direitos*.

Compreender que esse projeto de resistência em construção desenvolvia, no seu âmago, ambigüidades, ajudou a autora a aceitar esses movimentos sociais como um acontecer histórico-social, *"tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de resistência ao se conformar"*. (Chauí, 1986: 124).

Dessa maneira, como organizadora das fontes, da leitura dos depoimentos dos personagens que vivenciaram esse processo e mediante várias reflexões teóricas, COSTA (1995) refaz certos pontos de vista e esclarece:

*"Olhar para este passado recente, rememorá-lo como alguém que lá estive a partir do tempo presente com questões ali colocadas, reorientam minha compreensão acerca desses movimentos. Percebi que minha maneira de*

*analisar estes movimentos esteve apoiada em concepções deterministas e teleológicas. Partindo deste prisma, só podia concebê-los como fracassos e derrotas, o que não me convencia". (p.9).*

Essas concepções deterministas e teleológicas foram alicerçadas nas primeiras matrizes interpretativas que nos serviam de base de reflexão sobre as ações dos movimentos sociais. Estas valorizavam a "racionalidade política e a negação da institucionalidade", cujos "sujeitos seriam capazes de provocar a ruptura da estrutura capitalista". (DOIMO, 1995: 38, 48).

Outro ponto de destaque dessa dissertação é o interesse em conhecer e dar ênfase à organização interna das relações tecidas em atividades e ações, motivadas pelas demandas do dia-a-dia, que impulsionam outras mobilizações ocorridas nesse período, pela via da criação de entidades de apoio às lutas populares, como as Associações de Moradores e o Movimento de Luta Pró-Creche.

Dentre várias questões, essa dissertação procura descrever e analisar os elementos constitutivos das ações políticas instituintes de *lutas por direitos*, a construção do fazer-se sujeitos políticos no ato de criação desses espaços de experiências, bem como a descrição e análise das práticas organizadas, políticas e educativas.

Nessa perspectiva, a autora aponta como esses movimentos nascem, suas características, suas formas de lutas sociais, como elas acontecem, suas dimensões e conteúdos políticos. São, também, observados os desejos e expressões subjetivas nelas contidas e o sentido das relações sociais construídas na convivência entre os indivíduos, no interior das Associações de Moradores e do Movimento de Luta Pró-Creche, no processo de instituir-se na vida cotidiana como sujeitos coletivos e políticos.

Destacam-se, ainda, os traços marcantes do contexto histórico-social, no qual ocorre o encontro desses movimentos com a ordem já instituída: o governo e suas instituições, as relações com os partidos, os embates eleitorais, a interlocução e convivência com os espa-

ços institucionais. A autora considera que tais movimentos integram a trajetória de autoconstrução e afirmação da autonomia dos indivíduos em movimento, ante uma história já dada, instituída. Nesse sentido, trata-se de compreender os combates constantes entre as práticas autônomas e a ação heteronômica das ações instituintes e os desafios e embaraços postos pela legalidade, compreendida, aqui, como institucionalização das Associações de Moradores e do Movimento de Luta Pró-Creche.

A dissertação de Mestrado *Semente nova escondida; reflexões sobre a experiência do movimento de moradores da Cabana Pai Tomás*, de Maria da Consolação Gomes Castro Abreu retrata a experiência da autora junto aos moradores locais.

A luta desses moradores pela posse da terra inicia-se em 1939, entretanto, é intensificada a partir de 1963. A maioria da população veio da zona rural, caracterizando-se como uma mão-de-obra não qualificada.

Aliada a esta luta, também a melhoria da infra-estrutura urbana é fruto de um trabalho coletivo, quer, seja para o enfrentamento do poder público, seja para a organização de momentos de festividades e lazer, é uma marca das ações desses moradores.

A Associação Beneficente dos Moradores, criada em 1963, aponta para a compreensão de um espaço organizado que "canalizasse as demandas e representasse os interesses do povo no enfrentamento dos diversos desafios"... (ABREU, 1993:60).

A Igreja Católica, no período do regime militar, também ali se fez presente, possibilitando aos seus moradores a retomada da "história e a tradição de luta" desse povo. (ABREU, 1993:61).

O Fundo Cristão para Crianças (F.C.C.) é uma ONG com um enfoque individualista e paternalista, desde que foi criado em 1970. Essa ONG não nasceu "sob o signo da contestação do regime militar nem movida por um intransigente diálogo crítico com a tradicional cultura política autoritária brasileira" (DOIMO,

1995: 152); dessa maneira, o F.C.C. difere das ONGs identificadas por DOIMO em seu livro *A vez e a voz do popular*.

Entretanto, a partir de 1979, uma nova equipe passa a administrar o Fundo Cristão para Crianças e, concomitantemente, vários agentes externos passam a assessorar a ação, vinculando-se aos vários grupos populares locais. A autora dessa dissertação integra essa nova equipe, em 1982, reforçando a ênfase que vinha sendo dada ao aspecto coletivo, participativo e democrático.

Para alcançar esses objetivos, foram definidos princípios norteadores da ação do trabalho social: "*participação, conscientização, organização, cooperação, união*". (ABREU, 1993:93).

Definidos esses princípios, fez-se necessário criar uma nova metodologia de ação. O *trabalho educativo*, entendido como

*"... atividades que se orientam no respeito e valorização das pessoas, reconhecendo as limitações e potencialidades do ser humano, acreditando na capacidade de decisão das pessoas na resolução de seus problemas"*. (ABREU, 1993:98),

veio tornar-se a nova filosofia de trabalho institucional, na Cabana Pai Tomás, pelo F.C.C.

De acordo com os princípios filosóficos definidos pela equipe, a *autonomia* torna-se um valor ético político fundamental. A partir do entendimento de que a autonomia não se outorga, a população pratica o exercício de discutir, analisar e avaliar os melhores encaminhamentos, nos vários momentos e, em diferentes níveis, o seu caminhar político. A expressão *autonomia* torna-se, portanto, uma preocupação e uma ação fundamental no Movimento de Moradores da Cabana, bem como nos movimentos sociais pós-70.

Poder construir um projeto de interlocução e de ação com a população é, também, questão de princípio para a equipe profissional. Dessa forma, os princípios expressos na proposta da

equipe não são regras para a população e, sim, indicações primárias para uma ação educativa.

Está na base desse projeto de trabalho social a concepção de *educação popular* que

*"... aproveita e deve aproveitar todas as oportunidades para criar atitudes e comportamentos capazes de conduzir, a níveis superiores de atuação política, a organização do povo, [provocando] seu senso crítico, autônomo, criativo"*. (BARREIRO, 1980: 14; DOIMO, 1995:132).

Para desenvolver esse projeto de trabalho, foram organizados os Grupos de Rua, Conselhos de Área, Conselhos de Representantes, sendo definidas a Diretoria e a Assembléia Geral.

Deve-se ressaltar a importância do trabalho "*técnico sério*", que, na fala da autora, "*valoriza a experiência da comunidade*" (ABREU, 1993:89). Esse trabalho "*técnico sério*" significa realizá-lo com um educador que assessora os grupos, favorecendo, facilitando, estimulando as discussões do grupo, para que este tome as suas próprias decisões.

Está aqui presente a famosa idéia do "*povo como sujeito de sua própria história*" (DOIMO, 1995) tão presente nas discussões dos finais de 70 e início de 80.

Vimos, pois, que se delineia, pouco a pouco, um novo perfil de sociedade civil, que busca, pela ação participativa, a construção de um novo *ethos* político, tanto nas definições coletivas sobre o agir político-social quanto na concepção do agir profissional.

Regina Célia Dias, em sua dissertação de Mestrado — *O movimento de luta pró-creche de Belo Horizonte: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania* (1995), busca, entre outros objetivos, captar a *dimensão educativa* presente no MLPC.

Segundo a autora, "a atuação do MLPC, no contexto dos novos movimentos sociais, aponta para a necessária consideração de

um sentido inovador de uma nova cidadania que emerge de suas práticas". (DIAS, 1995:150). E acrescenta:

*"A rede de sociabilidade que envolve (as participantes do movimento) permite muito mais do que a extensão do mundo feminino e mais do que o alargamento do mundo. A convivência com outras pessoas, a troca de experiências, a vivência de fazer com, a luta e a união, o compartilhar os problemas, a busca do consumo e as decisões coletivas, a importância de contribuir para a solução conjunta dos problemas descortina uma dimensão da vida cuja vivência só é possível na esfera pública". (DIAS, 1995:108).*

Além de se preocupar em detectar o processo de construção de identidade social e política e a importância das subjetividades na experiência da participação, DIAS (1995) busca, na noção do "direito a ter direitos", uma referência para suas reflexões. Ao introduzir o Capítulo III, *Educação Infantil: do assistencialismo ao direito — A contribuição dos movimentos sociais*, esclarece:

*"Retomo, neste capítulo, a discussão sobre a ação do MLPC no nível macro, procurando dar conta de articular, nesse estudo, as dimensões do agir coletivo e suas influências na cultura e sistema políticos e aquelas referentes à constituição de sujeitos no interior dos movimentos.*

*A noção do direito a ter direitos processa-se em diferentes espaços e campos da atividade humana. Vimos como no pensar e fazer de um movimento social tal noção se constrói e se forma tanto no coletivo como no pessoal". (DIAS, 1995:120).*

Nas considerações finais, a autora comenta:

*"A partir de sua luta e prática concreta, o MLPC influenciou na invenção/criação dos novos direitos das crianças e*

*adolescentes, e especificamente no direito das crianças de 0 a 6 anos à educação infantil.*

*Emergiu, de sua luta específica, a afirmação da creche como direito das crianças, espaço legítimo de educação e socialização das crianças pequenas, superando a imagem predominante da instituição creche como lugar do abandono e da pobreza desamparada. Produziu um novo significado para este espaço tão estigmatizado". (DIAS, 1995:151).*

Finalizando sua dissertação, Dias (1995: 153), citando Durham (1984), reflete:

*"A construção de uma identidade social acontece na passagem da vida privada para a pública, que proporciona o jogo do mútuo reconhecimento, a aquisição de novos conhecimentos, a reelaboração dos conhecimentos que trazem, a aprendizagem da fala, ou seja, formulam questões novas sobre sua experiência de vida, ampliam sua sociabilidade, tornando coletivas as experiências individuais e fragmentadas, encerradas nos limites da vida privada".*

A autora acrescenta:

*"A análise das experiências e vivências das três mulheres que estiveram na linha de frente do MLPC mostrou que o processo educativo vivenciado pelas mesmas pode significar um enriquecimento pessoal e uma intensificação de sua qualidade de sujeitos. A participação no movimento social possibilita a constituição de uma nova "pessoa" redefinindo a vida privada a partir das práticas públicas e construindo dessa maneira, uma visibilidade pública e uma identidade social". (Dias, 1995:153).*

O estudo de Wanda Lúcia Gomes cujo título é *CEBs — A coragem de sonhar; alguns aspectos da prática cotidiana das Comunidades Eclesiais de Base*,

constitui a retomada e análise da experiência vivenciada pelas CEBs na Região Industrial de Belo Horizonte/Contagem.

As CEBs surgiram na década de 1960-70, por consequência de uma motivação religiosa da Igreja Católica, com a participação de pessoas das camadas populares, como grupos de resistência e organização dos setores populares e contra as péssimas condições de vida impostas pelo sistema social. A prática pedagógica das CEBs é posta na vivência concreta de novas relações pelos seus membros e no enfrentamento diário das contradições sociais, formando-se, assim, novos sujeitos da transformação social. Tais transformações estão no campo da luta pela superação do modo de organização capitalista da sociedade.

É no campo da transformação social que a autora vai buscar a recriação cotidiana de valores e relações, dando ênfase à *prática pedagógica* como um meio para a manutenção e transmissão viva da proposta de mudança da sociedade.

As CEBs não constituem grupos de organização fechada, encarnando a idéia de mudança, mas simbolizam a luta pela construção de uma nova sociedade.

*"Sua caracterização fundamental dá-se a partir da sua constituição como comunidades de fé (...) e da concretização prática de relações democráticas, participativas, igualitárias e horizontais". (Gomes, 1989: 170).*

Para a autora, há nas CEBs a vivência da democracia representativa pela via do rodízio da coordenação, da distribuição de tarefas e programação das atividades entre seus participantes e pela falta de uma relação hierarquizada entre coordenador e coordenados.

Também chamam a atenção as ações igualitárias entre seus membros, na constituição de um espaço em que todos têm direito a voz, na busca de um consenso.

Podemos, ainda, ressaltar alguns recursos metodológicos utilizados na experiência prática do seu dia-a-dia: a) "*o método da reflexão*": o chamado *Ver, Julgar e Agir*

possibilita a "*ligação entre fé e a vida*"; b) "*a criatividade*": ocorrem manifestações interessantes de uma arte escondida no sufoco do dia-a-dia, como: cantos e cantores, poesias e poetas, violeiros, sanfoneiros e atores; c) "*as formas de comunicação*": são as conversas informais sobre as coisas da vida e da comunidade, antes das reuniões, e as visitas para trocas de idéias; d) "*a avaliação*": ocorre nas CEBs um processo constante de avaliação das atividades que são realizadas. Os participantes identificam e expressam os pontos positivos e negativos observados, tentando compreender os motivos, e propondo sugestões para as novas programações. (GOMES, 1989:159-163).

A autora aponta, também, as contradições e os conflitos internos da Igreja Católica, que, se, por um lado, por intermédio das CEBs, propõe uma pedagogia de rompimento das práticas capitalistas, por outro, possui uma estrutura hierarquizada que reafirma e reproduz relações capitalistas de dominação.

## Considerações finais

E então?

O que finalmente priorizamos ao longo deste texto? A que conclusões nos levou o caminho escolhido?

Inicialmente, diríamos que as lutas populares por Educação, em Belo Horizonte, nos anos 70 e 80, ocorreram não de maneira isolada, mas inseridas no contexto da sociedade brasileira, na época, marcado pela presença da sociedade civil, mediante a mobilização, organização e participação populares.

Carregadas de conflitos e ambigüidades, as lutas populares por Educação - expressas tanto pela via da luta por escola quanto pelas lutas sociais em geral - expressaram uma dinâmica de enfrentamento e de busca de alternativas populares de melhoria das condições de vida. Esse enfrentamento se deu mediante a oposição ao autoritarismo da época e as contradições do período de "transição política".

Às vésperas da passagem para o governo civil, a sociedade brasileira

vivenciava a expectativa da redemocratização do País. Daí que uma das reflexões presentes na literatura sobre os movimentos sociais no Brasil, durante os anos 80, é a relação entre Estado e Sociedade (MOISÉS, 1978 e 1985; SOMARRIBA, 1984, 1987, 1996).

Outra temática que referendou grande parte das reflexões sobre os movimentos sociais foi a das contradições urbanas, próprias de um determinado processo de acumulação capitalista (Dias, 1995; MOISÉS, 1978; KOMARICK, 1985; SPOSITO, 1996; SOMARRIBA, 1984).

A própria análise do processo de transição democrática no Brasil se fez presente para contextualizar e analisar a emergência de novas formas de participação da sociedade civil (ABREU, 1993; SADER, 1988; TELLES, 1987; GOHN, 1983; CARDOSO, 1983; CAMPOS, 1989).

Outro elemento presente nas reflexões sobre os movimentos sociais na época referida é a postura de auto-crítica expressa por alguns autores, que se ocupavam, vez e outra, em efetuar um "balanço crítico" a respeito da produção acadêmica (CARDOSO, 1983; COSTA, 1995; DURHAM, 1984; SOMARRIBA, 1996; DOIMO, 1996).

A discussão em torno da questão da cidadania como um direito é recorrente, ao longo de todo o período analisado, e considerada como uma conquista inquestionável. (COSTA, 1995; DIAS, 1995; DURHAM, 1984; FILGUEIRAS, 1993; NEVES, 1995; DAGNINO, 1994).

Enfim, do conjunto da produção acadêmica pela via da literatura especializada e de uma amostra de dissertações do período, emerge o legado que os movimentos sociais dos anos 70 e 80 deixaram para a sociedade brasileira, ou seja, a capacidade de mobilização, organização e participação social caminha em estreito vínculo com a conjuntura econômica e política. Esta desafia, durante todo o tempo, a sociedade civil, abrindo e ao mesmo tempo fechando espaços, favorecendo e impedindo concomitantemente

a contestação e a expressão das reivindicações. É no jogo marcado por ambigüidades que o movimento social caminha, afinal, ele é uma das expressões da dinâmica da sociedade.

Diferentes experiências, marcadas por diferentes orientações, como o caso das CEBs, do MLPC, das Associações de Moradores e outras mais, compuseram o cenário dos movimentos sociais em Belo Horizonte, cenário esse marcado por identidades e diferenças, ou mesmo oposições; avanços e retrocessos; conquistas e perdas, mas que, enfim, possibilitaram a emergência da capacidade, por parte da sociedade civil, de expressar-se, de reivindicar, "*tecendo o urbano, fazendo-se gente e cidadão*".

Novos desafios apresentam-se na passagem dos anos 80 para os anos 90.<sup>15</sup> A sociedade brasileira, assim como a sociedade ocidental de maneira geral, passa por transformações profundas, afetando tanto o plano socioeconômico quanto o plano sociocultural, com a emergência de novos valores e comportamentos.

Uma atitude de abertura e flexibilidade torna-se exigência para acompanharmos a inter-relação entre as mudanças da sociedade contemporânea e as novas formas de manifestação dos movimentos sociais. Estes passam a se manifestar mediante novas linguagens, e nossas categorias precisam renovar-se, se quisermos continuar captando o novo, enfrentando os futuros desafios.

Conforme alerta J. Remy<sup>16</sup> (1989: 165):

*"Se se mantém uma nostalgia, as transformações correm o risco de ser percebidas mais como degradações que como sinais que anunciam novas descobertas. A sociedade está em transformação, apresentando-se ora em continuidade, ora em descontinuidade com o período precedente.*

*É importante compreender que o contexto evoluiu muito".*

<sup>15</sup> Na tese de Doutorado (1991), de GIOVANETTI, M. A. G. C. **Mouvements sociaux au Brésil: à la recherche d'une nouvelle identité**, a autora buscou detectar alguns elementos que pudessem contribuir para compreensão das mudanças emergentes na sociedade brasileira, na passagem dos anos 80 para 90, especificamente nos Capítulos III e IV.

<sup>16</sup> REMY, Jean. Catholicisme et contexte post-moderne. vers une nouvelle evangelisation? In: **Crise de prophétisme hier et aujourd'hui**. Montreal, octobre 1989, p.165.

# Bibliografia

- ABREU, Maria da Consolação Gomes de Castro. **Semente nova escondida**: reflexões sobre a experiência do movimento de moradores da Cabana do Pai Tomás. Belo Horizonte: UFMG, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.
- ARROYO, Miguel. A reforma na prática: a experiência pedagógica do mestrado da FAE/ UFMG). In: **Educação e Sociedade**, n. 11, jan. 1982.
- BRANT, Vinícius C.; SINGER, Paul. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CAMPOS, Maria Malta. As lutas sociais e a educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 79, nov. 1991. p. 56-64.
- CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. São Paulo: Loyola, 1989.
- \_\_\_\_\_. Cenas da educação brasileira: lutas sociais e desgoverno nos anos 80 na grande Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 1992. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1992.
- COSTA, Maria da Conceição M. Gouvêa Lisboa. **Tecendo o urbano, fazendo-se gente e cidadão**: associações de Moradores e Movimento de Luta Pró-creche, Cidade Industrial 1976-1986. Belo Horizonte: UFMG, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.
- DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIAS, Regina Célia. **O movimento de luta pró-creche de Belo Horizonte**: a prática social de mulheres na construção de identidades sociais e de uma nova cidadania. Belo Horizonte: UFMG, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do Popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1995.
- DULCI, Otávio; NEVES, Magda A. (Org.) **Belo Horizonte**: poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Práticas educativas no movimento popular**: a experiência das mulheres do bairro industrial. Belo Horizonte: UFMG, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.
- GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. **Mouvements sociaux urbains au Brésil: a la recherche d'une nouvelle identité**. Mouvement du quartier Lindéia, Belo Horizonte (années 80) Etude de cas del'ecde Professionnelle "Tio Beijo". Louvain-la-Neuve. Tese (Doutorado em Sociologia). Département des Sciences Politiques et Sociales, Université Catholique de Louvain, Bélgica, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia**. a luta de mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Reivindicações Populares Urbanas**. São Paulo: Autores Associados/ Cortez, 1982.
- GOMES, Wanda Lúcia. CEBs. **A coragem de sonhar**: alguns aspectos da prática cotidiana das comunidades eclesiais de base. Belo Horizonte: UFMG, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.
- MOISÉS, J. Álvaro e outros. **Cidade, Povo e Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NEVES, Magda de A. **Trabalho e Cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1995.
- O'DONNELL, Guilherme. Transições, continuidades e alguns paradoxos. In: **A Democracia no Brasil**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vertice, 1988.
- POMPERMAYER, Malori (Org.) **Movimentos Sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: UFMG, 1987.
- PROGRAMA de Pós-Graduação em Educação**. Dissertações de Mestrado: 1977-1988. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1995 (Catálogo).
- PROGRAMA de Pós-Graduação em Educação**. Dissertações de Mestrado: 1989-1993. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1994 (Catálogo).

- EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS POPULARES.  
**Revista Tempo e Presença.** [s.l.] nov./  
dez. 1993, v. 15, n. 272.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores de Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. **Uma Revolução no Cotidiano:** os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais:** um ensaio de interpretação sociológica. 2.ed. Revista, Florianópolis, 1987.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês; VALADARES, Maria Gesica; AFONSO, Mariza Resende. **Lutas urbanas em Belo Horizonte.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à Escola:** a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. São Paulo: Loyola, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A ilusão fecunda:** a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: USP, [s.d.].